



Senado vai defender brasileiros no exterior

Marcelo Crivella preside subcomissão instalada ontem para analisar casos de brasileiros que sofrem constrangimentos.

PÁGINA 7

Líderes aguardam apuração de desvio de recursos

Lideranças partidárias decidem esperar apuração determinada pelo governo sobre desvio para o exterior por meio das contas CC-5.

PÁGINA 8

Renan cobra estímulo à pesquisa no Nordeste

Renan Calheiros apóia disposição do ministro da Ciência e Tecnologia de destinar mais verbas para a pesquisa nas regiões Norte e Nordeste.

PÁGINA 5



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano IX - Nº 1.708 - Brasília, sexta-feira, 30 de maio de 2003

AUDIÊNCIA



Waldemar Rodrigues

TRABALHO. O ministro Jaques Wagner (E) discutiu ontem na CAS políticas de sua pasta

Só crescimento econômico garante a criação de empregos, afirma ministro

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro Jaques Wagner, do Trabalho, disse ontem que o governo

“não quer criar ilusão”. Geração de empregos com solidez, ressaltou, só mesmo se houver crescimento econômico.

PÁGINAS 4 E 5

JOVENS

Jaques Wagner confirmou durante a audiência pública que o programa Primeiro Emprego deve ser lançado ainda neste semestre.

Pirataria será tratada com mais rigor

Senado aprova proposta contra prática que desvia dos cofres públicos cerca de R\$ 250 milhões em impostos

O combate à pirataria de bens intelectuais deverá ser reforçado com alterações propostas aos Códigos Penal e de Processo Penal. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei nesse sentido, com emendas oferecidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De iniciativa do Executivo, a matéria deve retornar à Câmara dos Deputados. Além de ampliar o alcance e a extensão do crime de violação de direito autoral, a alteração nos dois códigos agrava a pena para os infratores.



Capiberibe, relator da proposta na CCJ, propôs mudanças

Rosevelt Fimheiro

PÁGINA 3

PROMULGAÇÃO

Fica mais fácil regulamentar o sistema financeiro

Emenda que permite regulamentar o sistema financeiro por várias leis complementares – e não apenas por uma, como anteriormente – foi promulgada ontem.

PÁGINA 8

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Simpósio buscará dados para nova lei

A busca de legislação diferenciada para o narcotráfico e o crime organizado será tema de simpósio que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública realizará no prazo máximo de 30 dias. Entre os convidados, estão procuradores que atuaram no combate à máfia de Roma e da Sicília, na Itália.

PÁGINA 3

Magno Malta sugere copiar modelo italiano

O senador Magno Malta anunciou em Plenário sua escolha para relator de propostas destinadas a coibir e punir o crime organizado. Ele afirmou que “não é preciso reinventar a roda”: a Itália detém grande experiência e criou lei específica contra a máfia. “Só precisamos ter humildade para copiar.”

VIDEOCONFERÊNCIA

Começa a discussão do Plano Plurianual

Comissão de Orçamento promove, na terça-feira, videoconferência para discutir com os Legislativos estaduais o Plano Plurianual do período 2004-2007.

PÁGINA 6

Jucá alerta para ação do Incra em Roraima



Conflitos preocupam Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) alertou para a ação movida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para retomar lotes de assenta-

mentos de reforma agrária em Roraima. A ação, ajuizada pela Procuradoria do órgão em 2000, obteve resultado favorável e desde a semana passada estão sendo reincorporados ao patrimônio da União lotes comprados em assentamentos para formação de grandes propriedades.

Ele disse que Roraima está em situação de pré-conflito, pois 4 mil hectares de propriedades produtivas já foram tomados pelo Incra.

Reforma agrária é feita com rigor, diz Sibá



Sibá defende moralização

O senador Sibá Machado (PT-AC) garantiu, em discurso ontem, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão tratando com "o maior rigor" os problemas fundiários detectados em Roraima.

O senador disse que o governo não deseja disseminar animosidade, mas está preocupado em moralizar o processo de assentamento e vai elaborar plano para reforma agrária na Região Norte.

Agenda



Sessão não deliberativa começa às 9h

O Senado realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, dedicada a pronunciamentos. Na terça-feira, ocorrerá a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que estabelece o voto facultativo e da que inclui a "razoabilidade" entre os princípios da administração pública.

Grandes intérpretes do século 20 na Rádio Senado

Os grandes intérpretes e as canções que marcaram o século 20 fazem parte do programa que será apresenta-

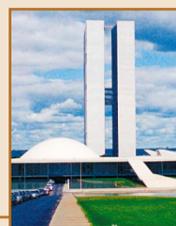
do pela Rádio Senado amanhã, às 22h, com reprise no domingo, às 11h e às 22h. *Voices do Século 20* tem apresentação e produção do

ex-senador Artur da Távola, e traz canções de Nat King Cole, Francisco Alves, Orlando Silva, entre outros.

Senado pode ser visitado também no fim de semana

O Senado pode ser visitado todos os dias, incluindo finais de semana e feriados. O projeto *Visite o Senado* tem guias especializados e o passeio dura em torno de 40 minutos. As saídas, no

Salão Negro, ocorrem nos seguintes horários: dias úteis - 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30 e 16h30; sábados, domingos e feriados - 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.



Jornalista fala sobre trabalho do correspondente de guerra

O jornalista português Carlos Fino, que cobriu o conflito no Iraque, fala hoje à TV Senado sobre o jornalismo em tempo de guerra, às 20h30. Às 21h30 tem início a reapresentação do



programa *Debate Brasil*, sobre segurança pública e violência, com Luís Eduardo Soares, secretário nacional de Segurança Pública, entre outros especialistas.

"Cultura ao Meio-Dia" mostra James Bond

O último filme sobre as aventuras do agente secreto britânico James Bond vai ser exibido pelo projeto *Cultura ao Meio-Dia*, hoje, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. O filme é dirigido por Lee Tamahori e tem Pierce Brosnan e Halle Berry como atores principais.



Reforma política

Em comemoração aos 180 anos do Poder Legislativo no Brasil, ocorre de 3 a 5 de junho o seminário "A Reforma Política", no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Com apoio do Senado, o evento vai debater propostas que devem constar da reforma política em discussão no Congresso.

Produtos da floresta

Hoje é o último dia para visitar a Exposição de Produtos da Floresta, na Galeria do Senado, com produtos e artesanato da Região Norte. Iniciativa do senador Sibá Machado (PT-AC), a mostra é uma parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Grupo de Trabalho Amazônico.

A agenda completa, incluindo o número das proposições, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Mão Santa agradece a ministro

O senador Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu ao ministro dos Transportes, Anderson Aduato, pelas providências adotadas para a recuperação de quatro



Mão Santa quer obra concluída

rodovias federais que cortam o Piauí e que se encontram em estado lastimável. O ministro recebeu em audiência senadores e deputados federais daquele estado.

As rodovias são a BR-020, que liga Fortaleza a Brasília, passando pelo leste do Piauí; a BR-230, que corta o estado de leste a oeste e vai até Pernambuco; a BR-343, que vai de Teresina ao litoral piauiense; e a BR-135, no sul do estado. Esta última, no trecho Bom Jesus-Gilbués, foi considerada de grande importância pelo senador Mão Santa, pois liga municípios que estão se transformando em produtores de soja.

- Pedimos ao ministro que conclua rodovia entre o Piauí e o oeste da Bahia - observou o senador.

Ideli celebra relançamento de edital

Em audiência com o ministro dos Transportes, Anderson Aduato, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) foi informada sobre a retomada do edital de licitação das



Ideli destaca duplicação da BR-101

obras de duplicação da BR-101 no trecho entre os municípios de Florianópolis (SC) e Osório (RS). No registro feito ontem em Plenário, a parlamentar comemorou o relançamento do edital, que havia sido suspenso por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Ideli Salvatti, o anúncio é motivo de satisfação para as comunidades catarinense e gaúcha, que vinham reivindicando a conclusão da obra por questões econômicas e de segurança.

A senadora observou que o descontingenciamento de verbas do Orçamento anunciado pelo governo deverá acelerar a duplicação do trecho sul da rodovia BR-101.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela *Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

SEGURANÇA



Gerardo Magela

PRESSÃO DA SOCIEDADE. Presidente da subcomissão, Jereissati (com Demostenes Torres) recebeu 2.500 e-mails em um mês

Simpósio vai discutir leis contra o crime organizado

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública decidiu ontem realizar, no prazo máximo de 30 dias, simpósio para discutir uma legislação diferenciada sobre narcotráfico e crime organizado. A proposta, apresentada pelo senador Magno Malta (PL-ES), baseia-se na lei antimáfia, criada na Itália, e que prevê a prisão perpétua como punição para os crimes considerados mais graves, como seqüestro e estupro, entre outros.

Magno Malta adiantou que convidará para o simpósio os procuradores antimáfia de Roma e da Sicília, o ministro da

Justiça, Márcio Thomaz Bastos, jornalistas e pessoas "traumatizadas pela violência".

O presidente da Subcomissão de Segurança, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que vem sofrendo pressão da população, por meio de e-mails, que chegaram a 2.500 só no último mês. Essa situação, acrescentou o senador, levou-o a convocar a reunião extraordinária de ontem, para definir formas de agilizar a tramitação das matérias discutidas no âmbito da subcomissão, que é parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Magno Malta será relator na Subcomissão de Segurança



Magno Malta sugere seguir modelo da Itália

O senador Magno Malta anunciou em Plenário que foi nomeado relator, pela Subcomissão de Segurança, das propostas destinadas a coibir e punir o crime organizado. Segundo ele, sua missão será conduzir, trabalhar e relatar essa legislação.

Magno Malta frisou que "não é preciso reinventar a roda", pois a Itália detém grande experiência e criou legislação específica para combater a máfia.

Petróleo

O senador destacou a descoberta de uma jazida de petróleo na costa do Espírito Santo. A estimativa para a jazida, situada ao lado das de Jubarte e Chocolate, é de 600 milhões de barris. Ele disse que o estado agora é candidato natural a receber a refinaria que a Petrobras pretende construir.

Senado aprova punição mais severa para pirataria

■ Plenário acolhe emendas e projeto deve retornar à Câmara dos Deputados

O combate à pirataria de bens intelectuais, prática que desvia anualmente dos cofres públicos cerca de R\$ 250 milhões em impostos, deverá ser reforçado com alterações propostas aos Códigos Penal e de Processo Penal. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados nesse sentido, bem como emendas oferecidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após a votação, o projeto – de iniciativa da Presidência da República – foi encaminhado à Comissão Diretora para redação final e deve retornar à Câmara.

Além de ampliar o alcance e a extensão do crime de violação de direito autoral, a proposição,

que teve como relator o senador João Capiberibe (PSB-AP), agrava as penas previstas. No caso de violação de direitos de autor e delitos conexos, a pena será de detenção de três meses a um ano ou multa. Se a infração tiver o intuito de lucro direto ou indireto, o agente poderá ser condenado a reclusão de dois a quatro anos e multa, tanto na hipótese de distribuição, venda ou aluguel no país quanto no caso de oferecimento ao público via cabo, fibra ótica ou satélite.

O projeto também disciplina as hipóteses de apreensão pela polícia dos bens ilícitamente produzidos, atribuindo ao titular de direito de autor o encargo de fiel depositário dos bens apreendidos. Especifica ainda as condições e a oportunidade da destruição do material apreendido, sem deixar de conferir às associações de titulares de direitos de autor a legitimidade para atuar como assistentes da acusação.

No encaminhamento da votação, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a iniciativa representa uma resposta do país à pirataria, prática na qual o Brasil só perde para a China e a Rússia.

– O presidente Lula se mostrou sensível ao reclamo dos artistas ao enviar esse projeto, já que a pirataria rouba empregos, reduz a arrecadação e inviabiliza o lançamento de novos talentos – declarou Aloizio Mercadante.

O senador José Agripino (PFL-RN) destacou o caráter "moralizador" da matéria, enquanto o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a falsificação não se restringe à indústria fonográfica e impõe sérios prejuízos à economia brasileira. O presidente do Senado, José Sarney, encerrou o debate ressaltando a resposta rápida da instituição na aprovação das medidas de combate à pirataria no país.

Suplicy: proposta americana para Alca não serve

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, na forma como está sendo proposta pelos Estados Unidos, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não interessa ao povo brasileiro. O senador comentou a visita ao país do representante de comércio norte-americano, Robert Zoellick, responsável pela discussão do assunto com o governo brasileiro.

Segundo Eduardo Suplicy, os Estados Unidos querem remeter para a Organização Mundial do Comércio (OMC) os temas prioritários para o Brasil e concentrar a pauta de interesse dos norte-americanos nas discussões da Alca.



Roosevelt Pinheiro

SERENIDADE. Suplicy elogia forma como o governo brasileiro trata da Alca

– Os americanos insistem que, em assuntos de seu interesse, porém inconvenientes para o Brasil, tais como serviços, investimentos, compras

governamentais e propriedade intelectual, as negociações se desenvolvam no âmbito da Alca – explicou o senador.

Eduardo Suplicy elogiou a postura do governo brasileiro, que, segundo ele, está dialogando com toda a serenidade e enfatizando que os interesses brasileiros devem ser respeitados. O senador disse ainda que a sociedade brasileira e o Congresso Nacional devem estar atentos às negociações sobre a Alca.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também elogiou a postura do governo no tratamento do assunto, dizendo que ela reflete "o amadurecimento do PT".

Tourinho aponta retrocesso no projeto de reforma tributária

Dando continuidade a pronunciamento que não conseguiu completar terça-feira, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) chamou atenção ontem para os "grandes retrocessos e pequenos avanços" na proposta de reforma tributária encaminhada pelo governo, quando comparada à emenda

aglutinativa elaborada em 2000 na Câmara.

– A nova proposta tem qualidade e amplitude muito menor que a anterior – afirmou.

Tourinho comentou pontos da reforma, como a ampliação da progressividade do sistema, a redução da regressividade, o estímulo à competitividade.

Ele concluiu que dois terços das modificações propostas se referem ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é de competência dos estados.

– No terço restante, que trata de tributação federal, o objetivo maior não é de reforma e sim de tornar a CPMF perma-

nente e assegurar a prorrogação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) – acrescentou Tourinho.

Opinaram sobre o assunto, em apartes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Jorge (PFL-PE), Marco Maciel (PFL-PE) e José Agripino (PFL-RN).



Roosevelt Pinheiro

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Senadores da Comissão de Assuntos Sociais debateram ontem com o ministro do Trabalho políticas de emprego desenvolvidas pelo governo

“Só crescimento produz emprego”

A afirmação é do ministro do Trabalho, Jaques Wagner. Segundo ele, “governo não quer gerar ilusão”

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, anunciou que lançará ainda neste semestre o programa Primeiro Emprego, que tem como objetivo garantir ocupação remunerada para os jovens. Ele destacou, no entanto, que o governo “não quer gerar ilusão” e que somente o crescimento econômico poderá gerar emprego com solidez. – O que estamos fazendo é



PRIMEIRO EMPREGO. Jaques Wagner anunciou que programa será lançado logo

dar um passo para estender a mão à juventude – disse Jaques Wagner.

Segundo o ministro, o programa ainda não foi lançado porque “o governo está tratando

do assunto com muita cautela” e trabalhando juntamente com o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para conhecer experiências em outros países. Jaques Wagner acrescentou que o governo ainda não decidiu o volume de dinheiro que será aplicado na iniciativa, mas a expectativa é que, no primeiro ano, sejam criados 200 mil postos de trabalho.

O programa funcionará com contratos de trabalho entre jovens e empresas, e terá um ano de duração. O governo contri-

buirá, como contrapartida, com seis meses de salário dos jovens.

Aprendiz

O Executivo está também trabalhando com o estímulo ao cumprimento da Lei do Aprendiz, de 2000, que pretende aumentar a empregabilidade de jovens a partir dos 14 anos. E faz parte do sistema do primeiro emprego a criação da bolsa-trabalho, voltada ao trabalho comunitário. “Para ter sentimento de reintegração à comunidade é preciso trabalhar com a questão da auto-estima”, afirmou o ministro.

O requerimento para a audiência foi apresentado pelos senador Romero Jucá (PMDB-RR) e pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).



PERIGO. Patricia ressaltou sensação de insegurança causada pela violência

Patricia quer desenvolvimento e país mais justo

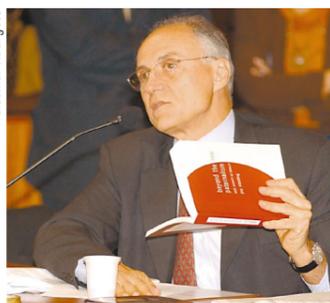
Na audiência na CAS, da qual também participou o jornalista Gilberto Dimenstein, a senadora Patricia Saboya (PPS-CE), relatora da Subcomissão da Juventude, fez um desabafo. Ela disse ter ficado emocionada com o caso ocorrido nesta semana no Rio de Janeiro em que um homem, desesperado por não ter-se recuperado após pagamento de resgate a seqüestro que sofreu, assassinou a mulher e duas filhas.

– Esse crime me tocou profundamente, deixando grande sensação de insegurança – frisou, advertindo para a necessidade de o país crescer e desenvolver uma sociedade mais justa.

Dimenstein destacou experiências realizadas em bairros deteriorados de Nova York, Estados Unidos. Uma delas, a partir da constatação de que ocorriam mais crimes com morte nos fins de semana, das 23h até o nascer do dia, foi a promoção de campeonatos de basquete nesses dias e horários, e a criminalidade caiu 70%.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou não ser possível combater a violência se não houver envolvimento de toda a sociedade. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou que países pobres como Índia e Bangladesh têm baixas taxas de violência, enquanto os riquíssimos Estados Unidos registram muitos crimes.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse que o programa Primeiro Emprego tem de ser integrado a projetos de outros ministérios.



CIDADANIA. Suplicy sugeriu adoção, pelo governo, de uma política de renda mínima



OPORTUNIDADE. Osmar Dias quer 10% das vagas de emprego destinadas aos jovens

Governo deve aproveitar propostas dos senadores

Em atenção aos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), autores de projetos para incentivo ao primeiro emprego, o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, afirmou ontem que seu ministério está elaborando com “o máximo cuidado” o programa Primeiro Emprego. Ele informou que está utilizando as propostas dos parlamentares como fonte de consulta para finalizar o programa.

Jaques Wagner afirmou que prefere que a matéria seja debatida no Congresso e pensada aos projetos sobre o tema, “aproveitando a reflexão já feita no Legislativo”.

Osmar Dias relatou que sua proposta estabelece que os jovens ocupem até 10% do número total de vagas de trabalho das empresas. Além disso, o senador propõe que a em-

presa matricule o jovem em um curso profissionalizante do “sistema S” (como Sesi e Senai).

Eduardo Suplicy sugeriu a adoção de uma política de renda mínima, para dar “dignidade à juventude e a suas famílias”. Ele acredita que, se as famílias tivessem, por meio de renda, direito à cidadania, talvez os jovens não enveredassem pelo crime.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou sua experiência como governador, quando o Banco do Povo financiava o desenvolvimento de negócios pelos jovens do estado do Piauí.

Em resposta ao senador Eurípedes Camargo (PT-DF), o ministro Jaques Wagner concordou com a proposta de integração dos jovens ao mercado por meio das escolas.

César Borges e Jereissati pedem juros menores

Baseando-se nas últimas taxas de desemprego em São Paulo (20,6%), das mais altas já registradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), os senadores César Borges (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) reclamaram com o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, a diminuição das taxas de juros e o reaquecimento da economia para aumentar as vagas no mercado de trabalho.

– Com o aumento do desemprego, o desafio do governo do PT aumenta. Se a questão dos juros não for resolvida rapidamente, a economia vai parar, gerando mais desemprego e aumen-

tando o desafio do ministro – disse César Borges.

O senador também cobrou mais investimentos nos programas sociais formulados no governo anterior. Ele citou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que, até março, recebeu recursos de apenas 4,7% do total das dotações previstas. “Esse programa foi um grande sucesso na Bahia, onde 117 mil crianças beneficiaram-se na região do sisal.”

Tasso Jereissati afirmou que a pobreza pode não ter relação direta com a violência, mas que os grandes centros urbanos, por apresentarem maiores disparidades de renda, são os locais onde há maior violência.



ALERTA. Se os juros não baixarem, a economia vai parar, afirmou César Borges



CAUSA. Jereissati disse que há mais violência onde diferença de renda é maior

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lúcia Vânia pede políticas que beneficiem os jovens

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou durante a audiência da qual também participou o jornalista Gilberto Dimenstein, colunista da *Folha de S. Paulo*, que as políticas públicas têm de ser orientadas no sentido de dar à juventude a condição de protagonista de seu próprio destino. "É preciso oferecer oportunidades integradas, em todas as áreas, que possam proporcionar uma vida melhor aos jovens", frisou.

Para o jornalista Gilberto Dimenstein, somente ações integradas do poder público, em conjunto com organizações não-governamentais e empresas, podem diminuir a violência em áreas que não oferecem oportunida-

des aos jovens. Ele citou dados da Anistia Internacional que apontam o Rio de Janeiro e São Paulo como áreas mais violentas do que regiões sob conflito no mundo.

Capital social

O jornalista ressaltou que somente com grande investimento no capital social dessas comunidades será possível elevar a auto-estima dos jovens, fazendo com que eles sintam que pertencem autenticamente à família, à escola e à sociedade.

– O que provoca delinquência é a sensação de não pertencer a nada. É isso o que dinamita o conceito fundamental que é a auto-estima.

A solução é um "Plano Marshall" para essas áreas de gueto no Brasil – observou o jornalista Gilberto Dimenstein.



AJUDA. Jovens precisam de oportunidades integradas, segundo Lúcia Vânia

Jucá ressalta sucesso de experiência em Roraima

Um dos autores da proposta de realização da audiência pública, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) citou programa implementado em Boa Vista (RR) que, segundo ele, conseguiu reduzir os índices de violência em 70%. O círculo vicioso, em que a repressão policial levava a uma escalada na violência dos jovens, disse o senador, foi substituído por iniciativas conjuntas das diversas áreas do governo em apoio aos jovens.

Em consonância com o que afirmou o jornalista Gilberto Dimenstein e defendendo ações governamentais que ofereçam atenção integral à juventude, Jucá perguntou ao ministro como o governo está enfrentando a questão. Em resposta, Jaques Wagner con-

denou o uso de políticas isoladas e informou que deverá ser constituída brevemente uma câmara social, que, sob a coordenação da ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, vai promover a articulação das políticas públicas.

– A palavra mais usada na equipe ministerial é a transversalidade. Essa consciência está presente no governo. As reuniões sobre o programa de

primeiro emprego, por exemplo, envolveram os diversos ministérios. O drama da juventude não pode se transformar em palanque eleitoral. Não será uma renda que o jovem ganhe que evitará que ele entre para o mundo do crime. Essa é apenas uma parte – observou Jucá.



ACERTO. Segundo Romero Jucá, programa reduziu em 70% violência no estado

Renan quer estímulo para a pesquisa no Nordeste

Senador cobra mais verbas para trabalho científico desenvolvido fora das Regiões Sul e Sudeste

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, apoiou em discurso a disposição do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, de destinar mais verbas para a pesquisa nas Regiões Norte e Nordeste. Renan observou que o ministro é um "socialista nordestino" nascido em Fortaleza (CE) e, por isso, tentará dar um caráter "efetivamente nacional" à pesquisa científica – hoje, 77% dos pesquisadores do país trabalham no Sul e Sudeste.

Conforme disse, o Senado poderá contribuir para a melhoria da ciência e tecnologia no país, aprovando propostas que permitam a inte-



APOIO. Renan elogiou trabalho de Amaral no Ministério da Ciência e Tecnologia

gração de pesquisadores e professores de universidades públicas com a iniciativa privada.

Um dos caminhos, na opinião de Renan, poderá ser a flexibilização da Lei de Licitações, para que entidades públicas possam fazer "encomendas tecnológicas", dando prioridade à compra de produtos com características inovadoras. Além disso, ressaltou o se-

nador, o Congresso poderia definir regras para a divisão dos direitos sobre propriedade intelectual, ou patentes, entre órgãos públicos, pesquisadores e empresas privadas.

Renan Calheiros sustentou que o Brasil tem de sair "da incômoda posição" de 43º lugar, entre 72 países, no índice de desenvolvimento tecnológico elaborado pelas Nações Unidas. Não existem ainda, acrescentou, mecanismos compensatórios para a parcela da sociedade que não acompanha o avanço do conhecimento, "uma das condições para o progresso sem exclusão social".

– Roberto Amaral tem essa consciência, adquirida após muitos anos de militância em organizações de esquerda e no movimento estudantil. Por isso, precisamos fortalecer o papel do ministro – finalizou Renan Calheiros.

Motta elogia ministério por apoiar exportação



Motta esteve em missão na Rússia

Recém-chegado de missão empresarial à Rússia, o senador João Batista Motta (PPS-ES) destacou, em Plenário, a atuação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na promoção das exportações brasileiras. Ele também falou do trabalho desenvolvido pelo ministro Luiz Fernando Furlan,

"executivo de notória competência"; ressaltando sua "intimidade com o mundo competitivo do comércio exterior".

Entre as várias ações ministeriais para aumentar as exportações, Motta considerou o planejamento de missões empresariais como "iniciativa de integração imediata e frutífera". Apenas na missão à Rússia, da qual participaram 15 diferentes setores da economia brasileira, que se reuniram com mais de cem empresários e autoridades da Rússia, o volume de negócios fechados alcançou US\$ 15 milhões, com a perspectiva de serem acertadas transações comerciais no montante de US\$ 230 milhões nos próximos 12 meses.

– Esse volume de negócios poderia acrescentar, segundo as empresas envolvidas, novos 1,1 mil postos diretos de trabalho – comentou. Novas missões empresariais devem ser promovidas pelo governo na África do Sul, Austrália, China e Índia, "mercados promissores e pouco explorados pelo Brasil", observou. Na opinião do senador, essas iniciativas estão em sintonia com políticas de combate ao desemprego e à fome.

Garibaldi: comércio com a Rússia triplicará



Estamos no caminho certo, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que o comércio bilateral com a Rússia deve triplicar e atingir nos próximos anos o volume total de US\$ 5 bilhões, como resultado do esforço conjunto dos dois governos e de empresários de ambos os países. Garibaldi esteve na Rússia, em missão comercial,

juntamente com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o senador João Batista Motta (PPS-ES) e 34 empresários.

Conforme afirmou, a Rússia é um país em franco processo de reconstrução, que cresce 4% ao ano e pode ser um grande parceiro comercial do Brasil. "Precisamos ainda resolver algumas pendências, como as cotas de frango produzido em Santa Catarina, e incluir produtos de maior valor do que carne e frango, itens principais da nossa pauta de exportação para a Rússia", disse. Na viagem, a comitiva brasileira se reuniu com autoridades comerciais e mais de cem empresários da Rússia.

– Volto convencido de que estamos no caminho certo no comércio exterior e que nossa pauta de exportações vai ser ampliada. Lembro a exortação patética do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "exportar ou morrer". Não morreremos. Ao contrário, vamos exportar cada vez mais – declarou Garibaldi.

Mesquita Júnior alerta para a opinião do eleitor



Mesquita: sinais são claros

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) alertou a classe política brasileira para a avaliação negativa que dela faz a opinião pública e os eleitores, "cujos sinais

emitidos através das urnas são bastante claros".

Ao fazer um histórico do sistema eleitoral e político, citou números do instituto Datafolha no período que vai de 1993 a 1995, quando caiu de 62% para 56% a proporção de brasileiros que consideram o Congresso Nacional uma instituição necessária ao país, enquanto os que o acham desnecessário subiram de 29% para 38%. Mesquita Júnior esclareceu que o discurso não visava apontar defeitos da instituição, mas alertar para as responsabilidades de todos.

O pronunciamento de Mesquita Júnior recebeu apertes de Marco Maciel (PFL-PE) e Símba Machado (PT-AC).

Ideli destaca políticas de inclusão digital

A implementação de políticas de inclusão digital pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva foi ressaltada, em discurso da tribuna, pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) como "um poderoso instrumento de promoção da cidadania".

– O governo eletrônico aproxima cada vez mais o Estado dos cidadãos – afirmou a senadora, ao mencionar a criação da Câmara de Gestão de Sites e Serviços On Line, da Câmara de Integração de Sistemas, da Câmara de Gestão de Conhecimento e Informação Estratégica, e da Câmara de Inclusão Digital.

A senadora Ideli Salvatti assegurou que o governo federal está decidido a enfrentar o desafio de promover a socialização dos avanços tecnológicos na área de informação e comunicação.

A seu ver, a inclusão digital passa pelo incentivo a estudos para viabilizar a progressiva adoção de *softwares* livres em todas as esferas da administração pública.

Videoconferência marca início da discussão do PPA

Comissão Mista de Orçamento e assembleias estaduais debatem plano com Guido Mantega

A próxima reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) será realizada por videoconferência, na terça-feira, no auditório do Interlegis. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da comissão, explicou que a audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, marca o início das discussões com as assembleias dos estados e Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e o orçamento participativo para 2004.

A tecnologia da videoconferência disponibilizada pelo Interlegis (rede virtual de comunicação do Legislativo) per-



INTERATIVIDADE. Participantes podem questionar ministro, diz Mestrinho

mitirá que integrantes da Comissão de Orçamento e das assembleias legislativas possam ter interatividade para questionar o ministro sobre sua exposição. Segundo Mestrinho, Mantega falará sobre as orientações estratégicas do PPA e a metodologia de consulta à so-

cidade e ao Parlamento para sua elaboração.

O líder do governo no Congresso, Amir Lando (PMDB-RO), destacou a importância da iniciativa, em que "serão traçadas as edificações do PPA e orçamento participativo". Alguns parlamentares questionaram o local do evento, e Roberto Saturnino (PT-RJ) sugeriu a verificação de condições técnicas para realizar a videoconferência no plenário da comissão.

Gilberto Mestrinho anunciou que Roberto Saturnino é o relator indicado para o projeto de lei do PPA 2004-2007. Confirmou ainda a indicação do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) como relator do projeto de lei orçamentária para 2004. As duas propostas devem ser encaminhadas pelo Executivo em agosto.

Comissão quer ouvir presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, comparecerá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar esclarecimentos sobre redefinição de investimentos da companhia. Requerimento com esse objetivo foi aprovado em reunião realizada ontem pela comissão.

Autor do requerimento, o deputado Pauderney Avelino

(PFL-AM) baseou seu pedido na decisão da Petrobras de remanejar verbas no valor de R\$ 5,99 bilhões, sem detalhar o teor das mudanças. Além desses recursos, previstos no orçamento, a diretoria da estatal petrolífera solicitou autorização para investimentos adicionais de R\$ 1,5 bilhão, também sem deixar claro o que será feito com esse dinheiro.

A operação orçamentária consistiria na abertura de créditos adicionais no valor total de R\$ 7,49 bilhões, proposta por meio de dois projetos de lei, cuja votação será agora precedida das explicações de Dutra. Um dos projetos prevê o cancelamento das destinações no valor de R\$ 5,99 bilhões e a suplementação de verbas de R\$ 3,6 bilhões.

Obras irregulares são analisadas na CMO

O projeto de irrigação Salangô, no município maranhense de São Mateus, permanece incluído no quadro de obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), o que impede a liberação de recursos federais para a conclusão da obra.

O relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), registrou que as auditorias realizadas pelo TCU no ano passado recomendam a permanência do projeto na lista de obras com indícios de irregularidades graves. Os dados do Sistema de Fiscalização de Obras do TCU, segundo o senador, mostram que 98% do projeto já fo-

ram realizados, sendo necessários R\$ 2,5 milhões para completar adutoras, cercas e rede viária.

Os integrantes da comissão examinaram mais dez itens. Dois deles foram arquivados por recomendação do relator, porque se referem a recursos do Orçamento de 2002 e não foram inscritos em restos a pagar. Os relatórios foram aprovados com os votos contrários dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). As obras auditadas pelo TCU são as de dragagem do Porto de Santos (SP) e de construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte, em Roraima.

Outros cinco projetos obtiveram parecer favorável à liberação de re-



AUDITORIA. Relatório de Jonas Pinheiro acata recomendação do TCU

ursos e os relatórios foram aprovados na CMO. As obras de duplicação de trechos rodoviários no corredor Transmetropolitano, na divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, poderão contar com recursos inscritos em restos a pagar do Orçamento de 2002 se o Congresso aprovar o decreto proposto na comissão.

Ministério dos Transportes terá crédito

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório sobre medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário de R\$ 89,128 milhões em favor do Ministério dos Transportes. É a primeira vez que o colegiado examina uma MP concedendo crédito extraordinário, desde a alteração do exame das medidas provisórias, em setembro de 2001.

Isso só foi possível depois que o líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), comprometeu-se a encaminhar pleito do Pará para obter R\$ 36 milhões para custear a transferência, para o governo do estado, de 223 quilômetros de rodovia federal, entre as cidades de Marabá e Dom Eliseu.

A MP 119 destina recursos para a transferência de 685,6 quilômetros de rodovias federais a Mato Grosso do Sul.



Amir Lando apóia pleito do Pará

Pavan cobra duplicação de estrada em SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou ontem do ministro Anderson Adauto, dos Transportes, o cumprimento de promessa feita ao governador em exercício de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, de que retomaria as obras de construção de novas estradas no estado, como a duplicação da BR-101.

Pavan afirmou ter votado a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina 0,5% do Orçamento Geral da União para as universidades da Amazônia, e anunciou que vai sugerir às bancadas de deputados federais e senadores de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul que apresentem propostas semelhantes, visando à criação de novas universidades federais nesses estados.



Pavan exige cumprimento de promessa



Roosevelt Pinheiro

DESAFIO. Para Saturnino, regime cubano afronta império americano

Saturnino vê avanço social em Cuba

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) chamou a atenção para os avanços sociais realizados nos últimos 43 anos pelo governo cubano. Segundo ele, esse aspecto deve ser levado em consideração antes de se condenar o regime de Fidel Castro por atos na área dos direitos políticos.

– Fiquei chocado com a estranheza de alguns senadores pelo fato de Cuba ser objeto de admiração. Lá, há avanços sociais que merecem respeito. É preciso atentar para realizações que têm conteúdo humanístico e não ficar colaborando com os que querem acabar com esse regime, que constitui uma afronta ao império americano – disse o senador, referindo-se às discussões no Plenário do Senado sobre violações dos direitos humanos naquele país.

Em apertes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comentou que não há avanço social que justifique um regime ditatorial. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) observou que “Cuba tem um povo exilado em seu próprio país”.

Tião Viana (PT-AC) rejeitou a pena de morte, enquanto Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu o direito de autodeterminação dos cubanos.

Situação de brasileiros no exterior será analisada

Um dos casos que aguarda exame é o problema enfrentado por brasileiros em Portugal

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) instalou ontem a subcomissão destinada a analisar a situação de brasileiros no exterior. Segundo denúncias, brasileiros que vão a Portugal em busca de emprego não estariam recebendo tratamento

adequado quando desembarcam no aeroporto de Lisboa. Atualmente, cerca de 80 mil brasileiros vivem naquele país, sendo 10 mil em situação irregular.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), presidente da nova subcomissão, visitou recentemente Lisboa e informou que nos últimos meses foram devolvidos nada menos que 1.800 brasileiros, depois que as autoridades portuguesas constataram que eles tinham se dirigido para o país à procura de emprego.

Marcelo Crivella reconheceu que os brasileiros “sofreram constrangimentos”, mas lembrou que as autoridades portuguesas estão, simplesmente, fazendo valer determinações da União Européia, para realizar um rigoroso acompanhamento do ingresso de imigrantes, já que Lisboa é a porta de entrada da Europa.

O embaixador de Portugal, Antônio Manuel Franco, presente à reunião do colegiado, informou que o controle aumentou com a adoção da nova Lei dos Imigrantes.



Roosevelt Pinheiro

RECONSTRUÇÃO. Heráclito relembra experiência de diplomata brasileiro

Heráclito homenageia Vieira de Mello

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) parabenizou o brasileiro Sérgio Vieira de Mello por ter sido indicado para representar a Organização das Nações Unidas (ONU) no Iraque, por determinação do próprio secretário-geral da instituição, Kofi Annan. Ele também registrou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de carta aberta de congratulações pela indicação.

– Sérgio Vieira de Mello ocupará o mais alto cargo reservado à ONU no processo de reconstrução do Iraque. Tarefa espinhosa, sem dúvida, mas para a qual ele parece talhado, já que, na sua longa carreira como funcionário de organismos internacionais, coleciona missões sempre difíceis – disse o senador.

Heráclito lembrou a experiência do brasileiro na ONU em operações de paz e humanitárias em países como Timor Leste, Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique, Peru e Líbano.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE, informou que a carta aberta de congratulações a Vieira de Mello inclui um convite para que ele venha ao Senado detalhar a missão que desempenhará no Iraque.



Waldemar Rodrigues

TESTEMUNHO. Crivella (D), ao lado de Suplicy: nos últimos meses, foram devolvidos 1.800 brasileiros

Aprovadas quatro indicações para embaixadas

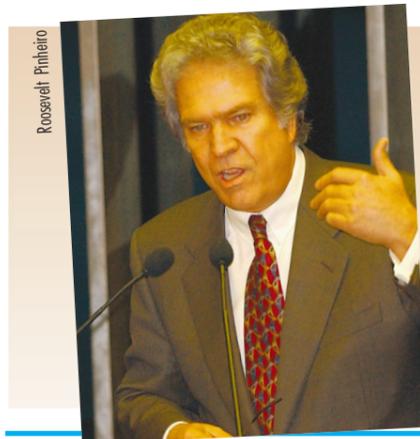
A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem mensagem presidencial indicando o diplomata Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto a Israel e à República do Chipre. Na mesma reunião, foi aprovado o nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para as em-

baixadas brasileiras na Nigéria e Benin. As indicações seguem agora para exame do Plenário.

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais

(CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), destinada a debater o processo de discussão e elaboração do Plano Plurianual (PPA).

Deverão comparecer à audiência, em data a ser marcada, os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, entre outras autoridades convidadas.



Roosevelt Pinheiro

Hélio Costa pede apoio para criação da TV Brasil

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu ontem em Plenário apoio a projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Educação (CE), que autoriza o governo federal a criar a TV Brasil Internacional, emissora que teria como objetivo difundir a língua portuguesa e a imagem do país no exterior. A proposta, apresentada originalmente em dezembro de 2001, quando Hélio Costa era deputado federal,

chegou a receber parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, mas, com o fim da legislatura, foi arquivada.

– A criação da TV Brasil Internacional traria inúmeros benefícios ao país em termos de forma com que somos vistos no estrangeiro. Por que não utilizar, a nosso favor, o vasto poder da televisão como disseminadora de cultura e informação? Já

temos todo o instrumental para tanto. Só falta vontade de fazê-lo – afirmou. Segundo Hélio Costa, a criação da TV Brasil Internacional não implicaria grandes custos para o governo. Para ele, a estrutura do novo canal poderia ser emprestada das emissoras de televisão públicas já existentes no país.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aplaudiu a iniciativa.

Líderes adiam CPI sobre evasão de divisas

Decisão, tomada por consenso, é de aguardar final das investigações oficiais sobre contas CC-5

As lideranças partidárias, reunidas ontem com o presidente do Senado, José Sarney, decidiram aguardar a apuração determinada pelo governo sobre as denúncias envolvendo desvio de recursos para o exterior por meio de contas do tipo CC-5. Com a decisão, fica adiada a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o assunto.

Ao final da reunião, foi distribuído o seguinte comunica-

do à imprensa, assinado por todos os presentes:

“Diante do compromisso do governo de aprofundar e concluir, de forma rigorosa, as investigações que envolvem as contas CC-5 de Foz do Iguaçu, o que implicará a retomada da apuração em Nova York dos dados bancários que envolvem essas operações, e do pleno apoio do governo ao trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e da Controladoria Geral da União diante desse episódio, os líderes do Senado Federal decidem postergar, em função dessas investigações, a instalação de uma CPI para tratar desse mesmo assunto. As lideranças e o Senado Federal acompanharão as investiga-

ções para assegurar total transparência, identificação dos responsáveis e punição de todos os envolvidos nos eventuais ilícitos cambiais decorrentes dessas operações.”

Segundo o líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), um dos defensores da criação da CPI sobre os desvios, a deliberação foi tomada por consenso. Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), assegurou que dentro de 15 dias uma equipe da Polícia Federal já estará nos Estados Unidos para a investigação, que deverá ser concluída dentro de três meses.

Jefferson também informou que os líderes decidiram votar, enquanto as propostas de re-



ACOMPANHAMENTO. Líderes querem transparência na apuração

formas previdenciária e tributária não chegam da Câmara dos Deputados, a proposta de reforma do Judiciário, além de

promover seminários sobre temas nacionais, como segurança e violência e taxa de juros e crescimento.

Motta pede fim do terreno de marinha



Motta teme que PEC seja engavetada

O senador João Batista Motta (PPS-ES) defendeu ontem a aprovação de duas proposições do então senador Paulo Hartung, atual governador do

Espírito Santo, que dispõem sobre terrenos de marinha e seus acrescidos. A extinção desse instituto e o fim da cobrança de taxas a ele vinculadas estão previstos em proposta de emenda à Constituição (PEC). Já um projeto de lei atualiza o conceito de terrenos de marinha.

Aprovada no ano passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC aguardava inclusão na pauta do Plenário. Mas, por solicitação do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), voltará à comissão. Motta percebeu essa atitude como “forte indicativo de que o governo pretende engavetar a proposição”.

– Espero que o governo reflita sobre o tema e passe a apoiar a iniciativa – afirmou.

Heráclito Fortes (PFL-PI), Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) reforçaram, em apartes, o apelo do senador capixaba.

Retirada de assinaturas impede instalação

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que o fato de alguns senadores terem pedido a retirada de suas assinaturas em apoio ao requerimento pela instalação da CPI impediu a Mesa de fazer a leitura e publicação do documento.

A declaração de Sarney foi motivada por questão de or-



QUESTÃO DE ORDEM. Antero indagou sobre requerimento de CPI

dem formulada por Antero.

– O requerimento de postergação da instalação da CPI, assinado pelos líderes, não é suficiente para impedir a leitura e publicação do meu requerimento, que preenche todos os requisitos estabelecidos – afirmou Antero na questão de ordem.

O presidente do Senado res-

pondeu que sua disposição era de cumprir o regimento e determinar a leitura e a publicação do pedido de instalação da CPI. Mas, como a retirada de assinaturas deixou o requerimento sem o número mínimo determinado pela Constituição, de 27 senadores, ele obedeceria ao Regimento Interno, devolvendo o documento ao primeiro signatário.

O requerimento de Antero, que continha 35 assinaturas ao ser encaminhado à Mesa, pedia a instalação de CPI para investigar remessas de recursos, a partir de Foz do Iguaçu (PR), entre os anos de 1996 e 1999.

Emenda do sistema financeiro em vigor

O Congresso Nacional promulgou, em sessão solene, a emenda constitucional que permite a regulamentação por várias leis complementares – e não apenas por uma, como anteriormente – do artigo 192, que define a estrutura e o funcionamento do sistema financeiro nacional. Com a mudança, abre-se caminho para a votação de uma proposta de autonomia operacional do Banco Central.

A proposta original foi apresentada em 1997 pelo então senador José Serra e teve aprovado parecer favorável com substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Enviada à Câmara, foi aprovada neste ano.



REGULAMENTAÇÃO. Emenda facilita votação de regras para sistema

De acordo com o texto promulgado ontem, o sistema financeiro deverá ser regulado por leis complementares, “que

disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

Ana Júlia elogia condenação por assassinato

A senadora Ana Júlia Carrepa (PT-PA) celebrou ontem o resultado do julgamento dos mandantes do assassinato do ex-prefeito de Rio Maria (PA) João Canuto de Oliveira. Os fazendeiros Adilson Laranjeira e Vantuir de Paula foram condenados por unanimidade a 19 anos e dez meses de prisão em regime fechado.

– Essa é uma vitória na luta contra a violência, pela paz no campo e contra a impunidade que é a mão da violência no país – salientou.

Ana Júlia relatou a alegria dos 500 trabalhadores rurais que a acompanharam o julgamento, realizado em 23 de maio, em Belém. O júri também foi acompanhado por observadores internacionais e autoridades da área de direitos humanos.

Os réus recorreram da decisão e aguardarão o resultado do recurso em liberdade. Citando documento do Comitê Rio Maria, a senadora disse que a condenação é uma vitória que precisa ser completada.



Ana Júlia: vitória na luta pela paz

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior